

ESCOLA, ESPAÇO DE TRAVESTI? QUANDO A ESCOLA NÃO ACOLHE, NÃO ESCUTA, A QUADRA SUSTENTA E AMPARA?¹

¿ESCUELA, LUGAR DE TRAVESTÍ? CUANDO LA ESCUELA NO ACOJE, NO ESCUCHA, ¿LA CALLE SOSTIENE Y AMPARA?

IS THE SCHOOL A SPACE FOR TRANSVESTITE PEOPLE? WHEN SCHOOL DOES NOT EMBRACE, DOES NOT LISTEN, DOES THE STREET SUSTAIN AND SUPPORT?

Recebido em: 20/11/2020

Aceito em: 20/04/2023

Marcos Rogério dos Santos Souza² 

Denise Regina Quaresma da Silva³ 

Resumo: A educação brasileira encontra-se alicerçada numa concepção tradicional de educação, visto que os currículos escolares valorizam os conteúdos e os sujeitos do processo pedagógico ficando, aquém da boa vontade docente na execução de práticas pedagógicas que preconizam a diversidade e a inclusão das/os educandas/os. A/o educadora/or, no anseio de cumprir o programa proposto pela escola, muitas vezes, coloca a escuta, o acolhimento, o amparo e a empatia em segundo plano nas práticas pedagógicas. É a partir deste cenário que se tece essa escrita, alicerçada em pesquisa bibliográfica, com o objetivo de refletir sobre a prática profissional no âmbito escolar, em escolas de um município da região metropolitana da grande Porto Alegre/RS. Questiona-se: A escola é espaço de Travesti? E quando a escola não acolhe e não escuta, a quadra sustenta e ampara? A partir dessas provocações propõe-se discutir e ressignificar a prática pedagógica, buscando espaço para a escuta dos ditos e dos não ditos. Acredita-se que a escola seja espaço de todas/os e deve desarticular qualquer posição que insurge ou determine o que são ou poderão vir a ser os sujeitos dentro de uma lógica binária e heteronormativa, que exclui as diferenças e os diferentes.

Palavras-chave: Educação; Sexualidade; Gênero; Travesti; Quadra.

Resumen: La educación brasileña se encuentra fundada en una concepción tradicional de educación, en la que los programas escolares valoran los contenidos y los sujetos del proceso pedagógico, dependientes de la buena voluntad docente en la aplicación de prácticas pedagógicas que preconizan la diversidad y la inclusión de los educandos/as. El/la educador/a en el anhelo de cumplir el programa propuesto por la escuela, muchas veces, pone la escucha, el acogimiento, el amparo y la empatía en segundo plano en las prácticas pedagógicas. Es a partir de este escenario que está tejida esa escritura, fundada en investigación bibliográfica, con el fin de reflejar sobre la práctica profesional en el ámbito escolar, en escuelas de una ciudad de la región metropolitana de la gran Porto Alegre/RS. Se pregunta: ¿La escuela es lugar de Travestí? ¿Y cuando la escuela no acoge y no escucha, la calle sostiene y ampara? A partir de esas provocaciones se propone discurrir y ressignificar la práctica pedagógica, buscando espacio para la escucha de los dichos y de los no dichos. Se cree que la escuela sea espacio de todos/as y debe desarticular cualquier posición que se oponga o determine lo que son o podrán venir a ser los sujetos dentro de una lógica binaria y heteronormativa, que excluye las diferencias y los diferentes.

¹ Este artigo foi apresentado oralmente e publicado no VIII Congresso Iberoamericano de Investigación sobre Gobernanza Universitaria, Universidad Santo Tomás, Bogotá/Colombia e no Brasil no EDICON de Jaguarão pela Humanidades Digitais em 2020.

² Psicólogo, Doutorando em Educação pela Universidade La Salle Canoas/RS/. Membro do Grupo de Pesquisa ComGênero. Atua como professor na Rede Pública Estadual do RS e como Orientador Educacional na Rede Municipal de Sapucaia do Sul/RS. Bolsista CAPES. E-mail marcosouzas@yahoo.com.br

³ Pós-doutora em Estudos de Gênero pela UCES. É Professora Permanente do Programa de Pós Graduação em Educação e no Mestrado de Saúde e Desenvolvimento Humano da Universidade La Salle. É Líder do Grupo de Pesquisa ComGênero e Coordenadora do Comitê de Assessoramento Educação FAPERGS 2022-2024. É editora assistente da Revista Diálogo. E-mail denisequaresmadasilva@gmail.com

Palabras clave: Educación; Sexualidad; Género; Travestí; Calle.

Abstract: Brazilian Education is established on a traditional conception of education; That can be noticed through the school curriculum that values the contents and the subjects of the pedagogical process and let the educators to decide the execution of pedagogical practices that advocate the students diversity and inclusion. Eager to comply with the school curriculum, educators often fail to listen, to welcome, to support and display empathy, putting those in second place. Based on this scenario and supported by bibliographic research, this study has the purpose of reflecting on professional practice in education, in schools of one of the cities located in the metropolitan area of Porto Alegre/RS. The following questions arise: Is school a space for transvestite people? Does the street sustain and support when school does not embrace and listen? Following these thought-provoking questions, it is proposed to reflect and reconsider the pedagogical practice, seeking space for listening what has been said and unsaid. School is believed to be a space for all individuals, so it needs to disarticulate any position that stands against it or determines what these subjects are or will be within this binary-heteronormative system, which excludes what and who is different.

Keyword: Education; Sexuality; Gender; Transvestite; Street.

INTRODUÇÃO

A proposta desta escrita é refletir sobre a escola como espaço para todas/os, entre estas pessoas, as travestis, para este fim se parte das questões: a escola é espaço de travesti? Quando a escola não acolhe, não escuta, a quadra sustenta e ampara? Deste modo, procura-se provocar a reflexão sobre o espaço escolar, as dinâmicas de poder que se estabelecem nas relações intra e interpessoais, de que modo as travestis são tratadas no espaço pedagógico e os conflitos que são oriundos dessas relações. Apresentar-se-á as relações que se hierarquizam e as consequências dessas, as travestis, ponderando como as/os profissionais da educação atuam frente às condutas binária, homofóbica, machista, patriarcal, heteronormativa e sexista, as quais muitas vezes inviabilizam o acesso e a permanência das travestis no espaço escolar.

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, é sustentada a partir de pesquisa bibliográfica e do tipo descritiva, embasando-se na promulgada Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e em autores como BENEVIDES, Bruna G (Orgs); NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs) (2018); FREIRE, Paulo (1996); LOURO, Guacira Lopes (1997/2004/2007); NICHOLSON, Linda; SOARES, Luiz Felipe Guimarães; DE LIMA COSTA, Claudia (2000); SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula (2016); SILVA, Joseli Maria (2008), Michel, FOUCALT (1999), entre outros, bem como, nas percepções da/o pesquisadora/or por meio da prática profissional.

Com o intuito de contribuir com a educação, com os estudos de gênero e de sexualidade, é que se propõe essa escrita oportunizando a reflexão sobre práticas pedagógicas e ações no campo das relações interpessoais, nos espaços da escola e no direito de toda/o e qualquer cidadã/ão ser livre em sua orientação sexual e identidade de gênero. Não se pode conceber que

haja grupos de pessoas que se consideram acima da lei e/ou acima da liberdade da/o outra/o. Diante disso, este estudo, por meio da descrição reflexiva, aborda informações relevantes sobre esta temática emergente, no intuito de propiciar melhora na qualidade das relações interpessoais, dentro do espaço escolar, como também, salientar os direitos a esse grupo e o dever da escola e do Estado em assegurar tais direitos. De acordo com (SILVA, 2008, p.6) “[...] queremos chamar atenção para o fato de que as travestis sofrem maior violência e preconceito porque a marca da transgressão é nítida, visual e, portanto, afronta o poder heteronormativo, muito menos evidente no gay ou na lésbica [...]”.

Da mesma forma, busca-se enfatizar o papel das/os educadoras/es diante das condições em que as crianças e adolescentes travestis são expostas no espaço escolar e social. Deste modo, deseja-se que a quadra (ponto de prostituição) não seja o amparo e o sustento destas crianças e adolescentes, embora seja esse o espaço que a sociedade as impõe como alternativa de sobrevivência. No artigo Ideologia de Gênero: Uma falácia construída sobre os Planos de Educação Brasileiros de (REIS; EGGERT, 2017, p.14) conclui: “... a promoção da educação em prol da equidade de gênero e do respeito à diversidade sexual torna-se ainda mais importante quando se consideram as estatísticas sobre violências e discriminação baseadas em gênero, orientação sexual e identidade de gênero.”.

Neste sentido, refletir sobre os discursos que circulam nos espaços sociais, culturais, religiosos, científicos, políticos e principalmente na escola é compreender que as pessoas destes espaços são resultados das construções histórico-sociais de seu tempo/espaço. Sendo assim, se faz necessário romper com a avalanche de violências às quais estão expostas as travestis e que muitas vezes se cristalizam nos discursos da heteronormatividade. Em (FOUCAULT, 1999, p.10) “[...] Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.”. Diante disso, é na escola que vislumbra o ambiente/espaço para questionar as verdades incontestáveis propagadas pelo discurso heteronormativo/branco, forjados num discurso reacionário de verdades incontestáveis que cooptam o poder em detrimento de interesses políticos, religiosos, econômicos, culturais, sociais e científicos que aleijam grupos historicamente excluídos de direitos em nossas escolas e na sociedade. Dito isto, a estrutura deste artigo segue a sequência de fundamentação teórica e considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pondera-se que gênero diferencia masculino e feminino, mas essa diferenciação é resultado da construção histórico-social, não sendo algo dado como natural. Assim, não é cabível compreender como aceitáveis as diferenças entre feminino e masculino como sendo determinações biológicas, mas sim passíveis de questionamentos e de mudanças (WOLFF, 2015). Neste sentido a escola e seus profissionais devem avançar na garantia dos direitos da população LGBTQIAPN+⁴, possibilitando acesso e permanência, para o desenvolvimento da cidadania que é um direito de todas/os com a concretização de uma educação com qualidade.

A escola é por natureza o espaço que propicia o convívio e as relações entre pessoas, também, é nesse ambiente que se deve refletir sobre as possibilidades para que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, possam desconstruir e reconstruir paradigmas no que tange gênero e sexualidade. Ainda mais, são pessoas únicas, singulares, com desejos, fantasias e sonhos. Além disso, têm-se características que se aproximam, afinal são da espécie homo, com cromossomos diferentes que “determina” o gênero feminino XX e masculino XY, tem pênis no homem, vagina na mulher e ambos os órgãos nos casos de intersexualidade. Porém independente das questões, físicas, biológicas, psíquicas, é preciso conscientizar que diferenças e semelhanças fisiológicas não dão conta da infinidade de possibilidades que são os seres humanos. Assim acredita-se que as identidades sexuais sejam construídas até mesmo a heterossexual, sendo elas identidades instáveis, inacabadas, mutantes, em contradição e moldadas culturalmente (BRITZMAN, 1996).

Indubitavelmente homem e mulher, são estritamente sociais, precisam da/o outra/o para se constituir e se fazer pessoa, sendo a partir das relações histórico-sociais que constroem e desconstroem o que possa vir a ser/ter vagina, ser/ter pênis, ou ter ambos. Nessa direção, sobre gênero Nicholson preconiza:

[...] “gênero” foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a “sexo”, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. [...] “gênero” é comportamento, tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo; “gênero” e “sexo” são portanto compreendidos como distintos. [...] “gênero” tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos “femininos” de corpos “masculinos” (NICHOLSON, 2000, p. 9).

⁴ O significado da sigla LGBTQIAPN+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, Pan/Poli, Não-binárias e o + no final da sigla inclui outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo (REIS, 2018).

Em relação às construções sociais, quando se pensa na pessoa, logo a situam em um grupo familiar, ao qual antes mesmo do nascimento, já estará sendo construída no desejo materno e paterno, ou não, por certo não se pode negar a refletir que em ambos os casos será dado um lugar no mundo a esse bebê, que será voltado ao mundo rosa ou azul, pois se vive ainda numa sociedade que essas cores são “patenteadas” pelo masculino e feminino. Para (FOUCAULT, 1999, p. 20): “O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la”.

Ou seja, antes mesmo do nascimento e após o nascimento, a/o bebê vem carregado de construções sociais, representações que almejam e versam pela determinação do que ela/e poderá e deverá ser quando crescer. Ainda para (FOUCAULT, 1999, p.10) “[...] o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”.

Existem influências visíveis (biológicas) e invisíveis que são as construções histórico-sociais que se constroem em determinados espaços, não sendo iguais em todas as culturas, uma vez que somos pessoas de muitos atravessamentos socioculturais. Para (LOURO, 2007, p. 240): “[...] Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes e tudo isso se aplicaria às identidades sexuais e de gênero”. Será essa base que poderá ser determinante para se constituir enquanto pessoa de desejos e identificações?

Analogamente, pondera-se que a pessoa não é resultado apenas de um aparato biológico, é muito mais que isso, se constrói para o além do biológico dessas determinações, se é que se pode pensar em determinações, pois são as relações que se estabelecem culturalmente e a partir das construções sociais que envolvem as pessoas do que seja feminino ou masculino, belo ou feio, certo ou errado, ser homem, ser mulher e como se vivencia a sexualidade e que nos constitui como pessoa.

Diante do exposto, vale salientar junto à comunidade escolar os determinantes que a sociedade impõe e analisar o que é ter pênis, vagina, ou os dois órgãos. Em outras culturas, o pênis não é determinante para definir o que seja homem ou mulher, isso é uma questão de gênero, ou seja, o gênero está para além do sexo (feminino, masculino, intersexo). Sendo papel da escola discutir temas relacionados a sexo, sexualidade e gênero, não se pode deixar de abrir espaços para discussões, reflexões e falas sobre essas temáticas, uma vez que se compreende o espaço escolar como local para preparar cidadãs/ãos, e local de pertencimento, acolhimento,

escuta reflexão aos estudantes e demais profissionais que atuam na comunidade escolar. Nas palavras de (FOUCAULT, 1999, p.37): “[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. Embora seja notório que a escola, muitas vezes, se omite frente aos direitos das minorias, prevalecendo dessa forma o poder de grupos que propagam a exclusão das/os diferentes do espaço escolar em (SILVA, 2008, p.9): “[...] A escola produziu dor, desrespeito e colaborou decisivamente para a produção de representações sociais negativas que apenas reforçam a violência e hostilidade que as envolvem”.

Sob o mesmo ponto de vista, é necessário criar espaços de discussão e diálogo com estudantes, professoras/es, pais/responsáveis, funcionárias/os dentro e fora da escola, sendo *sine qua non* falar sobre: sexo, sexualidade e gênero, reconhecendo que é dever da escola assegurar orientação e reflexão sobre essas questões emergentes, que ainda são tidos como tabus em diversos espaços familiar e social neste sentido (SCOTT, 1995, p.78) afirmar que “Famílias, lares e sexualidades são, no fim de contas, todos, produtos de modos cambiantes de produção.”.

Conforme orienta (LOURO, 2007, p. 243): “Busca-se, tenazmente, conhecer, explicar, identificar e classificar, dividir, regar e disciplinar a sexualidade”. Não obstante, precisa-se dar conta de que na escola circulam gay, lésbica, travesti, intersexo, transgênero. E é na escola que essas pessoas devem estar, circular, viver e ter suas experiências. Neste sentido, nossa escrita irá se dirigir às travestis⁵ e refletir sobre as relações que se montam e se articulam nos espaços escolares, uma vez que temos um sexo (biológico) e uma vivência distinta que não acolhe o que, naturalmente, é dado. Ainda em Louro:

Estou convencida de que é relevante refletir sobre tudo isso. É relevante refletir sobre as possibilidades e as impossibilidades que essa cultura coloca para a sexualidade. É relevante refletir sobre os modos como se regulam, se normatizam e se vigiam os sujeitos de diferentes gêneros, raças e classes nas suas formas de experimentar prazeres e desejos; refletir sobre as práticas que tais sujeitos põem em ação para responder a esses desejos, as práticas que acionam para se constituírem como homens e mulheres (LOURO, 2007, p. 204).

Outrossim, a escola é espaço das crianças e adolescentes travestis e seus familiares, não é concebível que essas pessoas sejam tratadas como se tivessem tido sobre elas uma maldição, embora seja isso que a comunidade escolar, em muitos casos, evidencia. Dessa maneira, favorece, de forma prematura, que haja a evasão escolar.

⁵ Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), cerca de noventa por cento das travestis no Brasil atuam nos mercados do sexo.

Objetivando a redução das violências físicas e simbólicas, em alguns casos, existem famílias de crianças e adolescentes travestis que nem chegam às escolas, devido às experiências de práticas preconceituosas e excludentes que experienciam fora e dentro das escolas. Com isso, reforça-se que as crianças e adolescentes travestis privados do convívio e do direito à educação são levadas à prostituição, sendo essa, muitas vezes, a única saída pensada para si, embora compreendamos que nem todas as travestis acabam na prostituição rompendo com o discurso e com o poder que estabelece espaços para ocupação das travestis, que são as quadras de prostituição das cidades.

É pertinente a lição de (LOURO, 2007, p. 211): “[...] os gêneros e as sexualidades no âmbito da cultura e da história, leva a compreendê-los implicados com o poder. Não apenas como campos nos quais o poder se exercita, por onde o poder passa e onde o poder se faz.”. Diante disso, é necessário que os agentes promotores de espaços e discussões nas escolas reflitam, que gênero é uma construção culturalmente vivida nas relações e nas instituições sociais de acordo com o tempo e os espaços em que essas histórias circulam e se cruzam. Ponderando sobre esses cruzamentos é necessário refletirmos sobre os múltiplos modos de ser e estar no mundo e ainda considerando as interseccionalidades como classe, credo, geração, cultura, cor, etnia, idade, deficiência, pobreza, raça, poder e que devem ocupar as reflexões quando pensamos na população LGBTQIAPN+.

No ambiente educacional, muitas vezes, as reflexões acerca de temáticas como gênero e sexualidade ficam de fora, ou sendo propostas às vezes por alguns profissionais de forma clandestina, periférica, subalterna. Ou seja, nem sempre os profissionais da escola querem se dar conta das pessoas REAIS à sua volta, das suas histórias, de seus desejos, de suas possibilidades e de seus interesses. Os profissionais da escola muitas vezes estão mergulhados em rotinas e práticas burocráticas e não percebem que à volta circulam pessoas e deveria ser efetivamente para essas pessoas que a preocupação, o olhar e a escuta da escola teriam que se alicerçar. Conforme (SOUZA E OLIVEIRA, 2020, p. 271) “[...] que o/a professor/a se permita ser o depositário da/o educanda/o nas suas revivências de afeto, desafeto, antipatia e medo, possibilitando que os questionamentos desacomodem.”.

Logo, acredita-se que a escola e a/o educadora/or que se ocupam em pensar o espaço escolar como direito de todas/os as/os estudantes, que façam a escuta e o olhar de forma presente frente às demandas que se colocam no dia a dia da escola e da sala de aula, podendo assim minimizar os danos que são causados às crianças e aos adolescentes travestis, muitas vezes, perseguidos de forma sistematizada com ofensas verbais e físicas. Igualmente alinhado com

(FREIRE, 1996, p. 36) “[...] A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substancialidade do ser humano e nega radicalmente a democracia [...]”. É preciso construir discursos que superem a visão sexista, heteronormativa, homofóbica, para dar voz e escuta as pessoas, que são costumeiramente excluídas dos espaços sociais.

Em conformidade se pondera, que o acesso a direitos é assegurado em legislação como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e atualizado pela Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019. Preconiza o ECA (1990):

Art.3. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. Art.18. Parágrafo único. [...] I- castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: I - a) sofrimento físico; b) lesão; II - Tratamento cruel ou degradante [...] a) humilhe; b) ameace gravemente; c) ridicularize.

Portanto, o próprio ECA (1990) orienta de forma clara e objetiva sobre os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, e ainda especifica o que seja tratamento e conduta que possam infringir as determinações desta lei, cabendo a toda/o e qualquer cidadã/ão, assegurar a proteção a esses direitos. Diante disso, as/os profissionais que atuam na escola precisam conscientizar-se de que muitas vezes é a partir de suas intervenções, que ocorrerá a mobilização para mudanças e garantias de condições para o acesso e permanência na escola a todas as crianças e adolescentes, indiferente de seu sexo e gênero. Ainda mais, (FREIRE, 1996, p. 77) orienta que “[...] Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade”. Desta maneira, compreende-se que não é mais possível que as/os profissionais da educação se mantenham inertes dentro do espaço escolar onde crianças e adolescentes sejam violentadas física e psiquicamente por outras pessoas com piadas, palavrões, chacotas, agressões verbais e físicas. Dito isso, pontua-se algumas das palavras dos discursos, que ressoam dentro do espaço escolar e fora dele em relação as crianças e adolescentes que fogem aos padrões da cultura heteronormativa: veado, bicha, moça, donzela, maricas, boiola, fruta, arrombado, morde fronha, enfim a lista é grande e cheia de estigmas, preconceitos, rechaços e objetificação que violenta

de forma estrutural crianças e adolescentes que transgridem aos padrões da heteronormatividade.

A vergonha e a humilhação em que são expostas as travestis, exige de todas/os as/os profissionais da educação refletir sobre as violências em que se encontram essas pessoas dentro dos espaços da escola, como a sala de aula, pátio, ginásio, vestiário, banheiros e outros. Em suma, esses ambientes da escola são impostos às crianças e adolescentes travestis como sendo espaços de circulação de heterossexuais. Ainda para complementar esse quadro, quando se pensa que ir ao banheiro pode ser uma atividade banal, para essas crianças e adolescentes não o é, pois, na realidade, ir ao banheiro é se colocar à frente de seus algozes, podendo se tornar um momento de sofrimento, horror e abusos. Não obstante a essa batalha, precisam, ainda, se sujeitar a entrar no banheiro do qual não se identificam, ou deixar para fazer suas necessidades fisiológicas em casa. Outra saída encontrada por essas crianças e adolescentes, na tentativa de atender as demandas orgânicas do corpo, é irem ao banheiro durante a aula, pois é a chance de ter menos propensão a insultos e humilhações, uma vez que nesse momento a circulação de estudantes nos corredores e banheiros é bem menor. Ressalta-se que a escola poderia resolver esta demanda, oportunizando que todos os banheiros pudessem ser usados por pessoas, sem que houvesse a preocupação com o sexo biológico. Assim, não tomando o biológico como parâmetro para a ocupação dos espaços, mas conferindo direitos a todas e todos ocuparem os espaços da escola. Conforme explica Seffner e Picchetti:

A escola precisa rever seus regulamentos e modos de funcionamento para não beneficiar apenas àqueles tradicionalmente representantes da hegemonia. Nas questões de gênero e sexualidade, a norma atende pelo nome de heteronormatividade. Mas as escolas não são lugares onde apenas habitam meninos e meninas heterossexuais. E, mesmo estes, não têm todos os mesmos modos de viver sua masculinidade ou feminilidade. (SEFFNER; PICCHETTI, 2016, p.67).

Discute-se que essas crianças e adolescentes travestis vivem dentro da escola sob a tutela do medo e da angústia, permanecendo sempre atentas, criando estratégias para minimizar os danos causados pelos valentões/machões que ocupam os espaços da escola e anulam, ou policiam as diferenças e os diferentes os quais possam existir no espaço escolar. Muitas vezes, são empoderados pelos tabus, mitos, rituais, crenças e pelos discursos que rompem com os direitos humanos e com a dignidade da pessoa humana. Vivemos numa sociedade frágil, móvel, flexível, instável e os profissionais da educação constituem uma categoria primordial para a construção da diversidade e inclusão de todas e todos.

É importante pontuar mais uma estratégia criada pelas crianças e adolescentes travestis que é ficar sem recreio, dentro da sala de aula, porque assim podem se sentir protegidas pelas paredes da sala, embora não haja garantias de que não haverá humilhações e xingamentos. A sala de aula é presumidamente um espaço de hétero, assim, eles se apoderam e entram quando desejam e nada acontece tendo em vista o preconceito estrutural da sociedade brasileira. Cita-se a frase de uma estudante travesti de um município da região metropolitana da grande Porto Alegre/RS: “O espaço da escola sempre foi tenso, nunca tinha coragem de ir ao recreio, banheiro ou qualquer outra parte da escola.”.

Diante disso, é bom lembrar que travestis são pessoas com direitos, como todas as outras, mas impedidas de circular nos espaços da escola, pelo desejo e imposição de indivíduos, que se designam detentores do direito de invadir a vida da/o outra/o, pela imposição de um único modo de ser, vestir, falar, relacionar, acreditar, desejar, consumir, viver e morrer.

Paralelamente a essas violências que atravessam e marcam as trajetórias destas pessoas, existem também grupos de estudantes dentro da escola que oferecem “proteção”. Essa é uma forma das travestis colocarem-se “sob cuidados”, na tentativa de evitarem xingamentos e principalmente livrarem-se das surras, que nunca sabem, ao certo, a razão pela qual estarão sujeitas, a não ser pelo simples fato de existirem dentro do espaço escolar e por fugirem aos padrões inventados pela cultura heteronormativa que determina o que seja ser mulher e o que seja ser homem e suas múltiplas possibilidades. Nota-se que o espaço público não é tão público e a escola cada vez mais é ambiente que provoca angústia, medo, sofrimento e exclusão. Deste modo, essas pessoas, muitas vezes, ficam sem acesso à educação e impedidas de ocupar os espaços na escola. Não podendo a pessoa gozar dos direitos humanos, os quais tem direito na condição de pessoa, não importando a raça, etnia, cor, idioma, credo, sexo, e outras possibilidades de manifestações de liberdade. Neste sentido Junqueira reforça que:

Inegavelmente, os casos mais evidentes têm sido os vividos por travestis e transexuais, que têm, na maioria dos casos, suas possibilidades de inserção social seriamente comprometidas por verem-se privadas do acolhimento afetivo em face às suas experiências de expulsões e abandonos por parte de seus familiares e amigos. (JUNQUEIRA, 2009, p.25).

A escola, não pode se omitir, deve assegurar que seus profissionais imponham-se diante de todas e todos que desrespeitam qualquer forma de orientação sexual, de identidade de gênero, de expressão de gênero e que fira a liberdade da/o outra/o de ser travesti, ou como bem compreender as vontades e os desejos dessas pessoas. As escolas devem ter o compromisso

com a promoção e implementação de ações que dialoguem com a tolerância às diferenças e aos diferentes, junto aos seus profissionais e toda comunidade escolar na defesa dos direitos humanos. Tornando a escola ambiente para o desenvolvimento pleno da pessoa. Louro, neste sentido, preconiza “[...] insuportável, contudo, pensar em múltiplas sexualidades. A ideia de multiplicidade escapa da lógica que rege toda essa questão. Conseqüentemente, é frequente ouvirmos muitos assumirem (até mesmo com orgulho) que ignoram formas não-hegemônicas de sexualidade” (LOURO, 2004, p.1). Desta forma é mister assegurar que os direitos dessas pessoas sejam efetivados a partir de leis e de políticas públicas dentro e fora do ambiente escolar. Nas palavras de Foucault:

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (FOUCAULT, 1999, p.43-44)

Assim, pondera-se que existem profissionais dentro do espaço escolar que, de forma singular e modesta, fazem o acolhimento e a defesa das travestis frente às agressões que sofrem dentro nos espaços da escola. Violências essas que se inter-relacionam com as questões de racismo, sexismo, classicismo, capacitismo, bifobia, xenofobia, homofobia, transfobia, crença, gênero e de sexualidade. Reforça-se que as intervenções pedagógicas realizadas pelas/os profissionais da escola são fundamentais para que as agressões cessem e reduzam o sofrimento físico, psíquico em que estão sujeitas essas crianças e adolescentes. É fundamental que as crianças e adolescentes vítimas dessas violências sejam acompanhadas e que também os agressores sejam assistidos principalmente por projetos e ações desenvolvidas dentro das instituições de ensino. E que os profissionais da escola esgotem todas as possibilidades de intervenções junto a essas crianças, adolescentes e suas famílias antes de fazerem encaminhamentos a outras instituições na busca de ganhos educacionais e sociais.

É sabido que a violência contra as pessoas LGBTQIAPN+ não ocorre apenas no espaço escolar, elas ocorrem também nas imediações das escolas e no caminho de casa dessas pessoas, ou seja, voltar para casa é viver um terror e se colocar diante da morte. Lamentavelmente, é neste momento que agressões verbais e físicas acontecem sob a conivência da comunidade, que muitas vezes se cala diante da violência presenciada contra a população LGBTQIAPN+.

Refletindo ainda sobre as crianças e adolescentes travestis, que quando chegam em suas casas seguidamente omitem as agressões sofridas dentro da escola e no caminho de casa aos seus responsáveis, seja por vergonha, seja por medo de agravar a violência a qual foram expostas. É importante ressaltar que muitas famílias não aceitam e ainda referendam a violência sofrida na escola e na rua “Se você se comportasse feito homem, não aconteceria isso”.

Neste sentido, destacamos a importância que as/os profissionais da educação imbuídos de empoderamento possam ocupar o papel de educadora/or, fazendo valer os direitos das pessoas LGBTQIAPN+, que são premissas que constam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, em que o “Art. 3º prevê que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 2019). Diante do exposto, compreende-se que há necessidade de conscientização, pois existem pessoas que têm seus direitos, limitados/coibidos pela simples razão da manutenção dos privilégios da cultura heteronormativa. Neste sentido (SOUZA, 2020, p. 219-220) “[...] compreendemos o educador não como o fornecedor de conhecimentos, mas o sujeito que fará, dará ancoragem e será continente as angústias que se criam no processo de aprendizagem e nas relações entre os personagens envolvidos na prática educativa [...]”.

Para essas crianças e adolescentes as festas na escola são momentos de sofrimento, já que são banidas, sendo a única coisa boa desses dias a possibilidade de se ausentar da escola. Dessa forma, será um dia a menos para sofrer, correr, se esconder, desejar desaparecer, querer morrer, sim, muitas querem morrer, por não saber mais o que fazer com tamanha exposição a qual são colocadas pelo puro e límpido desejo cruel de outras crianças, adolescentes e adultos. Estes reproduzem muitas vezes valores e práticas que regulam as relações familiares, comunitárias de uma nação que segrega e exclui sob o discurso do presidente da República. Para fins de compreensão citam-se as palavras do até então presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, em mais um dos discursos folclóricos:

“Um fato que foi noticiado muito no início do ano passado: ele nomeou a senhora Ilona Szabó como suplente de um conselho, e nós sabemos que essa senhora ou senhorita tem publicações, as mais variadas possíveis, defendendo o aborto, ideologia de gênero, entre tantas outras coisas que estão em completo desacordo com as bandeiras que eu defendi, que os cristãos brasileiros também defendiam, e que até ateus defendiam também [...]”.

Contudo, as travestis na peregrinação da via *crúcis* da violência contemporânea, dentro da escola, da sala de aula e ainda dentro de suas famílias, na qual são expostas por ocupar

espaços, os quais não são permitidos que ocupem, ou façam uso, acabam, na maioria das vezes, se afastando da escola ainda na pré-adolescência indo para as ruas onde ocupam as quadras da prostituição como forma de obtenção da sobrevivência.

Entretanto, existem aquelas poucas crianças e adolescentes travestis, que se sujeitam à violência e buscam de alguma forma sobreviver dentro das escolas, se tornando excelentes estudantes, pois quem sabe, isso tire seus trejeitos de cena, do olhar dos valentões e possa despertar nesses, o desejo pelo seu saber, sim, a travesti goza de capacidade intelectual.

Dessa maneira, a travesti tem serventia, uma vez que pode servir para fazer os trabalhos, ajudar nas apresentações, nas feiras de ciências/ideias, nas provas, nesse momento acontece até o milagre de a travesti ser chamada pelo nome social. Torna-se incrível o que a necessidade faz com os valentões, mas passando esses episódios, a saga trágica volta a se repetir e começa tudo de novo, violência física, verbal, psíquica e simbólica

Como resultado, muitas dessas crianças e adolescentes, quando chegam à adolescência, acabam por abandonar a escola, por encontrar nesse espaço apenas a certeza de que não podem e não devem estar ali, já que para muitas as tentativas de permanência na escola fracassou. Por isso, abandonam a escola e o que é oferecido a essas crianças e adolescentes é a rua/quadra, não como a conhecemos em dias calmos de sol ou chuva. Mas a rua/quadra onde será o espaço para prostituição e onde podem ocupar e se fazer “pessoa”. É neste espaço que podem falar, podem vestir, podem mostrar seus trejeitos, podem servir ao deleite dos pais de família, aos ex-colegas e/ou pais de colegas que venham comprar seu corpo, pois é para isso que a travesti irá servir, é nesse espaço que a sociedade heteronormativa permite a ocupação e a sobrevivência.

Constantemente, a prostituição é o caminho que a comunidade e a escola delineou como possibilidade para as crianças e adolescentes travestis, uma vez que as ações dentro do espaço escolar não foram efetivadas para a diversidade e a inclusão de gênero e sexualidade. Além disso, também tais aspectos demonstram que as leis não foram acionadas para assegurar seus direitos e sua proteção. Entende-se que as leis asseguram os deveres que as travestis estão sujeitas como pagadoras de tributos, mas não asseguram os direitos que “têm” ou deveriam ter como cidadãs de direito.

Por outro lado, é necessário pensar que a escola é espaço das travestis, tendo em vista que o acesso à educação é direito subjetivo de toda pessoa, ainda sendo criança e adolescente, é dever da família e da comunidade zelar para que todas tenham acesso e principalmente, permaneçam dentro da escola, protegidos do perigo que a rua e a quadra oferecem.

De acordo com LDB 9394/1966, em seu o Art. 3º que estabelece “Art.3º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.”.

Por fim, quando a escola não acolhe, não escuta, a quadra sustenta e ampara? Neste sentido, observa-se que as travestis, quando não são acolhidas no espaço escolar e não há uma escuta que seja continente às angústias criadas pelo social, o destino inevitável é a quadra, sendo esse o local permitido a ocuparem para vender seus corpos. Sendo assim, vislumbra-se que, a partir da quadra, será assegurado o sustento e onde terá o amparo financeiro o qual não lhe é permitido nos demais espaços sociais. Conforme (FOUCAULT, 2019, p.8) “Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutra lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, se não nos circuitos da produção, pelo menos do lucro” Reforça-se que essas pessoas não encontram acolhida, escuta e nem amparo afetivo na quadra que é espaço destinado a elas para se prostituir, pois nesse local, são tidas como objetos, onde são compradas para propiciar prazer aos “homens héteros de bem” e “casais héteros de bem”.

O ser humano necessita de proteção, de acolhimento e de escuta, quando isso não acontece, a escola rompe com seu objetivo que é assegurar a permanência do sujeito na escola, mas principalmente, não dando voz e menos ainda, não fazendo a escuta dessas pessoas que historicamente são marginalizadas e segregadas. Nesta direção, (FREIRE, 1996, p.119) “Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro”.

Desta forma, o que a rua/quadra oferece é a certeza de ganhos e, muitas vezes, são valores que chamam atenção para quem, normalmente, é negligenciado de direitos sociais, para pessoas que nunca tiveram nada. Logo, o que resta a essas adolescentes é a venda do corpo, uma vez que a rua/quadra é o espaço que ainda podem ocupar. Para (FOUCAULT, 1999, p.13): “Escuta de um discurso que é investido pelo desejo, e que se crê - para sua maior exaltação ou maior angústia - carregado de terríveis poderes. Se necessário o silêncio da razão para curar os monstros, basta que o silêncio esteja alerta, e eis que a separação permanece”.

Sabe-se que travesti muitas vezes não ganha espaço no mercado formal de trabalho, a resposta é, sim, à quadra ou à rua, é nesse espaço que a travesti encontrará “amparo”, sentir-se-á “acolhida”, pois na quadra existem outras iguais a ela, ali todas podem falar, desejar, fantasiar, ser o que bem entendem, até o próximo pai de família, ex-colega, padre, pastor, *etc*, vir comprá-

la. É nesse momento que não terá domínio sobre seu corpo, uma vez que estará vendendo aos consumidores da cultura sexistas, machistas, homofóbica e heterossexual.

Mesmo assim, não se pode esquecer que as travestis, em locais que são territórios permitidos para sua circulação, ainda correm risco de violência e morte, pois esses homens não desejam apenas o corpo, desejam provocar dores e sofrimentos, conforme explicita (SILVA, 2008, p.6) “O espaço por elas experimentado é composto de muitas feridas e rejeições. É comum que elas circulem pela cidade apenas no período da noite, mais associado às práticas sexuais comerciais que a maioria delas está praticamente condenada socialmente a desempenhar”.

Sobretudo, é com urgência que façamos a reflexão e discussão sobre gênero e sexualidade na escola, é dever enquanto educadoras/es no sentido real da palavra, pois precisamos dar voz a essas crianças e adolescentes, uma vez que sua infância e adolescência lhes é roubada. É importante sabermos que a escola e seus profissionais quando escolhem a via da omissão mostram-se adeptos da violência, pois quando nos calamos à violência, nos assemelhamos aos agressores, é preciso ser contrário a todos os tipos de violências e pelo fim da manutenção dos privilégios da cultura heteronormativa. Todavia, algumas/uns educadoras/es se propõem a falar sobre esses temas nas aulas de ciências, apenas quando há algum fato de gravidez, ou quando profissionais da saúde vêm à escola falar sobre doenças sexualmente transmissíveis DST’S, mas são escassas as vezes em que observamos a existência, sequência e aprofundamento sobre as temáticas gênero e sexualidade. Louro no indica:

[...] tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber o não-dito, aquilo que é silenciado — os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais — e da homossexualidade — pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda eliminá-los/as, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas normais os/as conheçam e possam desejá-los/ as. Aqui o silenciamento — a ausência da fala — aparece como uma espécie de garantia da norma’. A ignorância (chamada, por alguns, de inocência) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos bons e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às gozações’ e aos insultos dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos. (LOURO, 1997, p. 67-68):

Assim, a escola e seus profissionais precisam assumir o protagonismo que as legislações lhes amparam, sustentam. É imperioso possibilitar que todas as pessoas possam estar presente no espaço escolar sem que haja medo, respeitando todas as possibilidades existentes de viver,

sentir e desejar. É necessário que a escola seja espaço para as diversidades e inclusão de todas e todos.

Além disso, a escola na sua função de formadora integral de todas e todos, não pode e não deve reproduzir padrões de comportamento que possam segregar as pessoas, é necessário que seja criada a cultura da coexistência e compreensão de toda e qualquer possibilidade de se fazer pessoa no espaço escolar uma vez que a pluralidade do desejo humano é oceânica. O discurso heteronormativo não pode ser unicamente contemplado nos espaços/ambientes da escola, não podemos negar a existência de crianças, adolescentes, adultos, idosos LGBTQIAPN+, é preciso criarmos uma sociedade livre de discriminação de gênero, de sexualidade e todas as interseccionalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da atual conjuntura política em que vivemos, é necessário que os profissionais da educação possam articular discursos, no meio escolar, sobre gênero e sexualidade, buscando despertar reflexões a partir da importância de se viver em convergência, com as leis que regulam os princípios e asseguram a liberdade individual e que, também, possam relacionar esse discurso ao espaço escolar e comunitário.

Busca-se, por meio da experiência profissional, refletir sobre as relações das travestis dentro do espaço escolar e as articulações que se fazem sobre a escuta, a acolhida, ao acesso e a permanência na escola. Historicamente, vê-se crianças e adolescentes sendo excluídos dos espaços escolares e comunitários por diferentes razões e uma dessas é a forma que essas crianças e adolescentes vivem suas experiências de gênero, de sexualidade e que rompem com regras heteronormativas. Diante dessa negação o que se observa com muita frequência, dentro das escolas, é a evasão de crianças e adolescentes travestis que acabam saindo da escola, pois a elas não é permitido ocupar locais que pertencem historicamente aos que determinam as formas de ser e viver.

Reconhecer as diferenças e os diferentes é proporcionar reflexões sobre gênero e sexualidade, respeitando a todas e todos para rompermos com as hegemonias que se cristalizam de forma errônea nos espaços sociais. É bom lembrar que crianças e adolescentes possuem direitos assegurados em leis específicas e principalmente na Carta Magna, promulgada em 1998. Desta forma, precisa-se permitir que estes sujeitos possam ocupar os espaços da escola e, principalmente, que sejam livres e autônomos, nesses espaços, por meio do sentimento de pertencimento. Destaca-se que a escuta e acolhida precisam acontecer dentro do espaço escolar

e essas crianças e adolescentes precisam ser protegidas e livres para viver plenamente seu gênero e sua sexualidade. Não é concebível privar essas crianças e adolescentes do espaço escolar e entregá-las ao “amparo” da quadra para a prostituição, como se esse pudesse ser o único destino cabível dessas pessoas.

Diante do exposto, é necessário que se faça valer os princípios do direito e do dever, e não se ocultar em discursos de racismo, opressão, sexismo, classismo, capacitismo, xenofobia, homofobia, transfobia, intolerâncias religiosas enraizadas na cultura heteronormativa. Urge que se coloque esses alçózes diante de suas responsabilidades, pois se acham no direito de estabelecer como a pessoa deve agir e viver seu gênero e sua sexualidade.

Assim, é imperioso assegurar que a escola seja espaço de travesti, sim, e aqueles que não conseguem compreender esse direito, que sejam a eles assegurados os seus deveres diante da lei. Pondera-se, tenazmente, que quando a escola não acolhe e não escuta, a quadra não sustenta e nunca ampara. Diante disso, percebe-se que as travestis aleijadas de direitos em todos os espaços sociais, não é permitido a elas se sentirem pessoas/cidadãs, mas unicamente objeto sexual que é aceito nas quadras de prostituição e nos cinturões das cidades onde é permitida sua circulação.

O presente artigo descreve a nua e crua realidade, vivida por nossas crianças e adolescentes travestis, bem como evidencia a necessidade de que se reflita sobre as práticas profissionais no âmbito escolar, para que possamos desconstruir os discursos, os quais se colocam contrário à liberdade e à autonomia dessas crianças e adolescentes.

Salienta-se que é responsabilidade de todas e todos assegurarmos a proteção integral e livrar crianças e adolescentes de atos cruéis e vexatórios, que possam causar danos ao seu desenvolvimento. Diante disso, precisamos unir forças e impedir possíveis retrocessos, os quais possam se desenhar diante da política, que o governo federal sobrepõe em relação às questões de gênero e de sexualidade. É preciso ampliar direitos e não criar uma sociedade que reproduz estereótipos do qual seja o ideal de viver e morrer. Dito isso, concerne à escola desenvolver pedagogias que possibilitem uma educação equitativa, que preconiza as diversidades históricas políticas, culturais, econômicas e educacionais para todas e todos.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G (Orgs); NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2018. **Revista Latino-americana de geografia e gênero**. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa v. 10

n. 2 (2019). ISSN 2177-2886. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>. Acesso em: 02 mai. 2020.

Benevides, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2020.

BRASIL Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 31 mar. 2019.

BRASIL, Lei nº 8.069/2019 - **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 31 de março de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor-identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & realidade**, v. 21, n. 1, 1996. Disponível em : <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71644/40637> Acesso em 14 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Laura Fraga de Almeida Sampaio (Trad.). 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.) **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília (DF): **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**, UNESCO, 2009 p. 13-52

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever... **Revista de Educação, Sociedade & Culturas**. Porto Alegre, nº25, p. 235-245, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, nº46, p. 201-218, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. In: LOPES, Denílson et al. (Org.). **Imagem e diversidade sexual: estudos de homocultura**. Brasília: Nojosa, 2004.

NICHOLSON, Linda; SOARES, Luiz Felipe Guimarães; DE LIMA COSTA, Claudia. Interpretando o gênero. **Estudos feministas**, p. 9-41, 2000.

SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz, uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul/RS, v. 24, n 1, p. 61-81, 2016. DOI 10.17058/REA.V24I1.6986. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6986>. Acesso em: 01 maio de 2020.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geo Uerj**, v. 1, n. 18, p. 3-19, 2008.

SOUZA, Marcos Rogério dos Santos; DE OLIVEIRA, Carla. Psicanálise e educação: a transferência na educação infantil. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 44, n. 2, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

REIS, TONI, (Org.) **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2a edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

REIS, Toni; EGGERT, Edla; Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação e Sociedade**. Campinas/ SP. N. 139. v. 39. p. 9-26 jan-mar 2017.

UOL. Política. **Leia íntegra do discurso de Bolsonaro após demissão de Moro**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/24/leia-integra-do-discurso-de-bolsonaro-apos-demissao-de-moro.htm>. Acesso em: 27 abr. 2020.

WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades- Categorias do debate contemporâneo. **Retratos da Escola**, v. 9, n. 16, p. 29-46, 2015.